



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO ACADÊMICO DO
AGRESTE**

GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LINDALVO SEBASTIÃO ROCHA

**A OCUPAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL DOS ANOS
1990**

Caruaru

2016

LINDALVO SEBASTIÃO ROCHA

**A OCUPAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL DOS ANOS
1990**

Monografia apresentada pelo acadêmico
Lindalvo Sebastião Rocha como exigência do
curso de graduação em **Ciências Econômicas** da
Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: : Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

Caruaru

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 - 1242

R672o Rocha, Lindalvo Sebastião.
 Ocupação por conta própria no Brasil dos anos 1990. / Lindalvo Sebastião Rocha. –
 2016.
 33f. il. ; 30 cm.

 Orientador: André Luiz de Miranda Martins
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
 Pernambuco, CAA, Economia, 2016.
 Inclui Referências.

 1. Mercado de trabalho. 2. Trabalho informal. 3. Emprego – aspectos econômicos. I.
 Martins, André Luiz de Miranda (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.)
UFPE (CAA 2016-202)



Universidade Federal de Pernambuco

Centro Acadêmico do Agreste

Departamento de Economia

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DA MONOGRAFIA
EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:**

LINDALVO SABASTIÃO ROCHA

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato Lindalvo Sebastião Rocha. **APROVADO.**

Caruaru-PE, 14 de julho de 2016.

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
Orientador

Prof. Msc. Bruno Tadeu Lopes Siqueira de Moura, lotado no curso de Ciências
Econômicas – UFPE/CAA

Prof. Msc. Klebson Humberto de Lucena Moura
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, a minha família que de certa forma contribuiu para realização deste trabalho. Agradeço também a meu orientador Professor, André Luiz de Miranda Martins enfim a todos que contribuíram direto e indiretamente para a conclusão deste trabalho.

Resumo

No começo da década de 1990, o Brasil passou por grandes mudanças políticas e econômicas que afetaram de forma direta e indiretamente o mercado de trabalho. Entre estas mudanças estão a abertura comercial, a implementação do Plano Real, a mudança na taxa de câmbio, entre outras. O presente trabalho buscou mostrar como estas mudanças e outras variáveis que englobaram a conjuntura econômica na década de 1990 como: inflação, PIB real, taxa de desemprego, níveis de importação e exportação, impactaram no mercado de trabalho como um todo e no trabalho por conta própria. Foi feito também uma análise explanatória do conceito de mercado de trabalho, de acordo com a metodologia aplicada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômico), através da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

Palavras-chaves: Mercado de Trabalho. Trabalho por Conta Própria. Conjuntura Econômica na década de 1990. Impactos Econômicos no Emprego.

Abstract

In the early 1990, Brazil underwent major political and economic changes that affected directly and indirectly the labor market. Among these changes are trade liberalization, the implementation of the Real Plan, the change in the exchange rate, among others. This study sought to show how these changes and other variables that encompassed the economic situation in the 1990 as inflation, real GDP, unemployment rate, import and export levels, impacted on the labor market as a whole and work on behalf itself. It was also made an explanatory analysis of the concept of the labor market, according to the methodology applied by DIEESE (Inter-Union Department of Statistics and Socio-Economic Study) by PED (Employment and Unemployment Research).

Key words: Job market. Work for own account. Economic situation in the 1990
Economic Impacts Employment.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 OBJETIVO GERAL.....	8
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
1.3 METODOLOGIA.....	9
1.3.1 Conceituação de Emprego e Desemprego Firmados pelo DIEESE ...	10
2. MERCADO DE TRABALHO DE FORMA GERAL ATRAVÉS DOS GRUPOS DE OCUPADOS E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	12
3. CONJUNTURA ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1990.....	16
4. IMPACTOS ECONÔMICOS NO EMPREGO.....	23
4.1 MUDANÇAS RELACIONADAS COM O EXTERIOR NA DÉCADA DE 1990.....	23
4.2 MUDANÇAS INTERNAS.....	26
5. CONCLUSÃO.....	30
6. REFERÊNCIA.....	32

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1990, a economia brasileira passou por transformações importantes, entre elas a instabilidade política, a abertura comercial, as mudanças no regime cambial, a implementação do Plano Real, esses fatos repercutiram diretamente na estrutura do mercado de trabalho, ocasionando em diminuição do emprego formal. E consequentemente no aumento do trabalho por conta própria.

Paralelamente a essa nova estrutura imposta a economia brasileira Camargo (2002), observa que a economia do país passava por um processo de hiperinflação, apesar dos vários planos de estabilização com objetivo de minimizá-la. Mas, Camargo destaca ainda que os planos de estabilizar a inflação atuavam por vias errôneas, uma vez que o governo financiava grande parte dos seus gastos com o chamado “imposto inflacionário”.

Em relação a inserção do Plano Real inicialmente pode ser observado tantos aspectos positivos quanto negativos. Quanto a positividade estão a queda da inflação, o aumento da produtividade de determinados setores.

Em relação a negatividade proporcionada pelo Plano real em estágios iniciais, podem ser citados os seguintes acontecimentos observados por Camargo (2002), as políticas contracionistas ocasionaram na elevação da taxa de desemprego, as quais tem levado uma precarização do trabalho, com os trabalhadores perdendo direitos adquiridos desde a criação da Consolidação dos Direitos do Trabalhador (CLT)¹.

Além de Camargo, Filho (2015) reforçar a ideia de que, o Plano Real apesar de ter como objetivo a contenção do processo inflacionário, teve como contrapartida acontecimento que ia de “contramão” no caminho para o desenvolvimento como: reforçar a relação de fragilidade com o mercado externo, o desequilíbrio das contas públicas internas, tendo como consequência um baixo crescimento da economia.

Considerando a incerteza do mercado de trabalho reforçados por esses acontecimentos. Os trabalhadores teriam que se sujeitar a empregos informais,

¹ Criada no governo de Getúlio Vargas em 1943.

contribuindo para o aumento dessa modalidade de trabalho, que engloba o trabalho por conta própria, entre outras nomenclaturas que se dão aos diversos seguimento de emprego que não usufruir dos benefícios do trabalho formal.

Diante deste contexto, o presente trabalho pretende analisar o impacto do desemprego formal na ocupação por conta própria no Brasil na década de 1990. Para realização desta análise foram coletados dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do BCB (Banco Central do Brasil), como também de trabalhos acadêmico.

Para atender a tais objetivos a presente monografia faz uma análise em abordagem descritiva. E apresenta além desta introdução, que faz uma análise de forma explanatória sobre o conceito de mercado de trabalho. O primeiro capítulo apresenta o mercado de trabalho de forma geral através dos grupos de ocupação e posição na ocupação. O segundo capítulo tem como objetivo apontar como se deu a conjuntura econômica da década de 1990. No terceiro uma descrição dos dados possibilitando a observação dos impactos econômicos no emprego. E por fim a conclusão.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho pretende analisar os impactos do desemprego formal no mercado de trabalho por conta própria através de variáveis como: ocupação, renda média per capita, exportação X importação, inflação, PIB real e taxa de desemprego, no Brasil nos anos de 1990.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistem em analisar de forma explanatória o conceito de mercado de trabalho na década de 1990.

Identificar as principais transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil nos anos de 1990, através da conjuntura econômica neste período.

Analisar de forma descritiva e objetiva os impactos econômicos no emprego nos anos 90.

1.3 Metodologia

Entende-se por metodologia estudo de pesquisa, investigação. Para (Fonseca, 2002, apud Gerhardt et al, 2009 p. 12), é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. Ainda para o autor a pesar de método e metodologia sem diferente são dois termos inseparáveis, uma vez que devem ser tratados de maneira integrada e apoiada quando se escolhe um tema um objeto, ou uma questão investigativa.

Entende-se por pesquisa descritiva uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade².

Seguindo o mesmo raciocínio, segundo (Selltiz et al 1965, apud Oliveira, 2011) a pesquisa descritiva busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, permitindo abranger com precisão, as características de um indivíduo, de uma situação, ou de um grupo, bem como desvendar a relação entre os acontecimentos.

Há outras abordagens de classificação da pesquisa descritiva. De acordo com Moresi (2003), apesar do ponto de concordância com os outros autores de que, a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, e que pode estabelecer relações entre as variáveis e definir sua natureza. No entanto, não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

² (TRIVIÑOS, 1987, apud Gerhardt et al, 2009).

Após essa breve descrição sobre a metodologia descritiva, torna-se necessário uma exposição de como é feita a mensuração do nível de emprego e desemprego pelo órgão competente em questão o DIEESE.

1.3.1 Conceituação de Emprego e Desemprego Firmados pelo DIEESE

Em 1984 foi firmado um convênio entre a SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), Órgão do governo do Estado de São Paulo, e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômico) para implementação de uma pesquisa domiciliar sobre emprego e desemprego a chamada PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) na região Metropolitana de São Paulo. Esta parceria entre estado e trabalhadores surgiu em decorrência do cenário que caracteriza o país no início da década de 1980, marcado pela redemocratização e pelo agravamento da crise econômica, com graves impactos sobre o mercado de São Paulo. O reconhecimento da importância da PED como instrumento de análise da realidade socioeconômica concretizou-se com solicitações da implantação da Pesquisa em outras regiões do país, a partir de 1987.

A PED, começava em novos moldes metodológicos reconhecendo uma variedade de situação de trabalho e de disponibilidade para trabalhar entre os componentes da PIA (População em Idade Ativa) a PED considera que a classificação dos indivíduos segundo sua condição de atividade não pode ser feita contrapondo apenas situações opostas de trabalho e não trabalho e de procura e não procura de trabalho.

Além disso a PED avalia que é necessário classificar e ampliar esses conceitos para que alcance a captação não só das situações claramente definidas de ocupação e desemprego, como também aquelas que as pesquisas tradicionais desconsideram e incluem nas condições de atividade ou ocupação.

Por isso a PED, também considera desempregadas pessoas que por falta de política assistencial como o seguro-desemprego exercem algum tipo de trabalho informal, precário, geralmente sob a forma de “auto emprego”, enquanto procuram trabalho.

Uma outra categoria de desemprego analisada pela PED é quando as pessoas exercem algum trabalho de forma não-remunerada ajudando parentes, ou em troca de algum benefício, ao mesmo tempo que procuram trabalho.

A PED, considera ainda como desempregado indivíduos que estão temporariamente sem procurar trabalho, desestimulados pelo “enxugamento” do mercado de trabalho, apesar de estar disponível e interessado ao surgimento de uma nova atividade.

Em relação aos ocupados a PED considera as pessoas de 10 anos ou mais que: possui trabalho remunerado regular, trabalho irregular, mas que não estar procurando outro trabalho, exerce atividade não remunerado em forma de ajuda a parentes, mas que não estar procurando trabalho.

2. MERCADO DE TRABALHO DE FORMA GERAL ATRAVÉS DOS GRUPOS DE OCUPADOS E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Uma das principais características do mercado de trabalho brasileiro dos anos 90 é a sua heterogeneidade: como o mercado de trabalho encontra-se em situação instável, devido a irregularidade na jornada de trabalho, a falta de ações de proteção social, e a baixa qualidade e remuneração do trabalho, quase metade dos trabalhadores ocupados estavam no mercado informal (DIEESE, 1997).

Entretanto, uma pesquisa do DIEESE mostra que nem sempre, o mercado informal é visto pelo trabalhador como uma alternativa pior que o mercado formal. Os novos paradigmas tecnológicos inseridos no Brasil nos anos 90, que culminaram no aumento da produção de bens e serviços, não necessariamente teve aumento no nível de emprego, em alguns casos possibilitou até mesmo a redução dos postos de trabalho. A abertura comercial imposta desde o início do governo Collor, em 1990, teve impactos negativos no nível de emprego, uma vez que as empresas brasileiras agora tinham como concorrente um mercado muito mais dinâmico e extenso.

Por esses e outros motivos, na década de 1990 o desemprego no Brasil se instalou de forma estrutural, colocando em ordem a necessidade de políticas ativas de geração de emprego e renda, mas, para o DIEESE (1997) na época o esforço empreendido pelo governo era insuficiente para solucionar esses problemas.

Para conceituar os inativos serve de base indivíduos de 10 anos ou mais que: não tem e nem procuram trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao da pesquisa ou nos últimos 12 meses, e ainda indivíduos que exercem alguma atividade não remunerada e que não estão à procura de trabalho (TROYANO, 1992).

Após a explanação do conceito de mercado de trabalho, que gira em torno do emprego e desemprego. Segue-se uma análise da posição na ocupação nos anos 90, mais precisamente de 1992 a 1999 com exceção de 1994.

Tabela 1. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais, segundo posição na ocupação, Brasil 1992-1999.

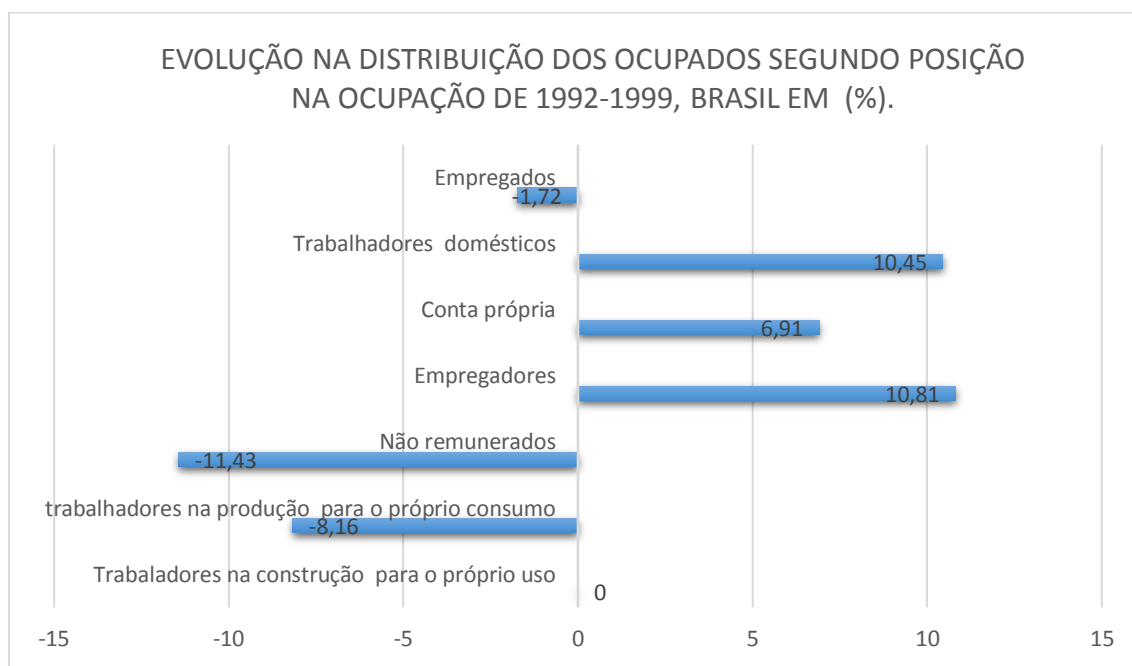
Ocupação	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Empregados	52,3	52,4	-	51,2	53,0	52,1	52,5	51,4
Trabalhadores domésticos	6,7	6,9	-	7,4	7,4	7,6	7,2	7,4
Conta própria	21,7	21,7	-	22,6	22,3	22,7	23,0	23,2
Empregadores	3,7	3,6	-	3,9	3,7	4,0	4,1	4,1
Não remunerados	10,5	10,5	-	10,0	9,1	9,0	8,7	9,3
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,9	4,8	-	4,6	4,3	4,3	4,3	4,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,2	-	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Autoria própria com dados do (IBGE, PNAD, DIEESE).

Os dados da tabela 1, relacionados a distribuição dos ocupados, segundo a posição na ocupação no período de 1992 a 1999 em termos percentuais mostram que a categoria que ocupa a segunda posição na distribuição dos ocupados é a ocupação por conta própria, em todos os anos analisados, fica oscilando aproximadamente em torno dos 22% a 23%. Em quanto os classificados como empregados ficam na margem dos 50% para todos os anos. Em terceira posição segue os indivíduos que não exerce atividade remunerada. Em seguida visualiza-se os trabalhadores domésticos, e por fim os trabalhadores na produção para o próprio consumo com menos de 5% em todos os anos analisados.

A seguir podemos analisar no gráfico 1 a evolução da ocupação por setor durante período proposto. Entre 1992 e 1999 como foi o comportamento do mercado de trabalho por setor de ocupação.

Gráfico 1



Fonte: Autoria própria do (IBGE, PNAD, DIEESE).

Como podemos observar no gráfico 1, em termos de evolução a ocupação que se manteve neutra durante período analisado foi a *ocupação de trabalhadores na construção para o próprio uso*, as ocupações classificadas como *empregados*, *não remunerados* e *trabalhadores na produção para o próprio consumo*, tiveram evolução negativa com taxa de -1,72%, -11,42 e -8,16% respectivamente. A *ocupação por conta própria* teve uma taxa positiva de 6,91%. Vale observar que os *trabalhadores domésticos* tiveram uma evolução positiva de 10,45%.

Tabela 2 Distribuição dos ocupado de 10 anos ou mais, por setor de atividade, Brasil 1990-1999.

Sector	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Atividade agrícola	22,8	28,3	27,4	26,1	24,5	24,2	23,4	24,2
Indústria de transformação	15,2	12,8	12,8	12,3	12,4	12,3	11,8	11,6

Indústria de construção	6,2	6,2	6,4	6,1	6,4	6,6	7,1	6,6
Outras atividades industriais	1,4	1,4	1,4	1,2	1,1	1,1	1,2	1,1
Comércio de mercadoria	12,8	12,1	12,7	13,1	13,3	13,3	13,5	13,4
Prestação de serviço	17,9	17,7	17,8	19,1	19,3	19,4	19,1	19,3
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,3	2,9	2,9	3,3	3,5	3,6	3,9	3,9
Transporte e comunicação	3,9	3,5	3,4	3,7	3,8	4,0	4,0	3,9
Social	8,7	8,4	8,4	8,7	9,3	9,1	9,6	9,5
Administração pública	5,0	4,6	4,6	4,6	4,7	4,5	4,6	4,6
Outras atividades	2,8	2,2	2,1	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Autoria própria com dados do (IBGE, PNAD, DIEESE).

A tabela 2 mostra a distribuição dos ocupados por setor de atividade, e revela que durante o período observado para cada setor a variação é pequena, mas quando se compara um setor com outro a diferença é mais acentuada. Nota-se que o setor agrícola é o maior demandante de mão de obra, chegando em 1992 a 28,3% dos ocupados empregados nessa atividade. Em sequência vem setor de prestação de serviços oscilando aí entre 17,7% e 19,4% no período analisado. O setor que menos emprega é o de outras atividades industriais variando entre 1,1% 1,4% da população ocupada.

Na próxima seção este trabalho pretende analisa como o mercado de trabalho pode impactar na conjuntura econômica do país, enfatizando o trabalho por conta própria, além de outras variáveis importante como inflação, PIB e renda per capta, que define o nível estabilidade e instabilidade na qual se encontra o país.

3. CONJUNTURA ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1990

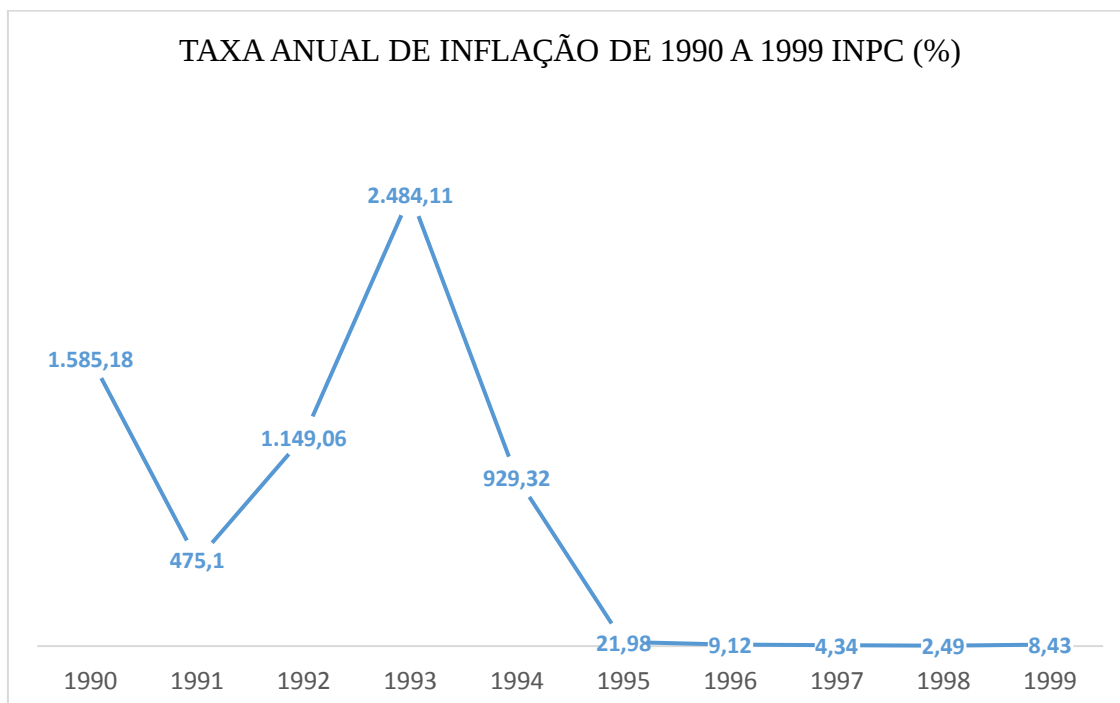
A partir da década de 90 teve início um processo de elevação do mercado de trabalho informal no Brasil. Ulyssea (2005) afirma que essa elevação é consequência tanto do aumento da proporção de trabalho sem carteira assinada quanto do crescimento dos trabalhadores que ingressaram na atividade por conta própria.

A introdução da informalidade no Brasil na década de 90 foi tão intensa, de modo que sua dimensão foi muito maior do que a que ocorreu no período de crise nos três primeiros anos da década de 1980³. Um estudo realizado por Ramos (2002), contribuiu para o argumento de que a informalidade está mais associada a questões de natureza estrutural do que a movimentos cíclicos. Por exemplo destaca-se a questão da escolaridade e o nível salarial.

Essa questão de instabilidade no mercado de trabalho brasileiro na década de 90 vão além da opção de trabalho dos indivíduos. Naquele momento a economia brasileira passava por um período de elevada instabilidade econômica e política. Devido a essa observação, torna necessário uma análise descritiva de variáveis que dão dinamismo de ordem positiva ou negativa a economia, como inflação, PIB e renda per capita.

³ Gabriel Ulyssea, 2005.

Gráfico 2



Fonte: autoria própria (dados do DIEESE).

Como pode ser observado no gráfico 2, a taxa de inflação nos primeiros anos da década 90 encontra em um patamar bastante elevado, chegando em 1993 a uma taxa absurda de 2.484,11% ao ano.

Diante da brutal elevação da inflação o então governo em exercício Fernando Collor de Melo, anunciou um plano que visava a contenção da inflação, o chamado o Plano Collor e março de 1990. (Levy, 2015, p.57) afirma que o Plano surpreendeu ao priorizar o ataque a inflação pelo congelamento dos estoques ativos financeiros líquidos, incluindo depósitos bancários, caderneta de poupança e em fundos de aplicação em títulos públicos no *overnight*.

No curto prazo essas medidas poderiam manter os preços em níveis medianos, possibilitando a estabilização dos preços. Perante a política restritiva de liquidez, houve queda acentuada da atividade econômica e forte redução das expectativas inflacionárias. Mas a possibilidade de deflação era restrita a um pequeno segmento de produto de maior

valor unitário e a mercados mais especulativos com reduzido impacto sobre os índices de preço ao consumidor.

Além disso continuava a política de indexação salarial. As políticas de contenção da inflação firmam-se na crença de que a rapidez e a profundidade do processo recessivo decorrente da contração de liquidez seria mais do que suficiente para diminuir qualquer aumento de preço e desestimular eventuais demandas por reposição salarial (LEVY, 2015).

Não aconteceu o esperado, e reinjeção de liquidez começa a se expandir e no final de 1990, a inflação volta a acelerar, tendo passado de uma média mensal de 13,4%⁴ ao mês no terceiro trimestre para 16,5% ao mês no quarto. Contudo eram taxas significativamente inferiores ao início do ano. Em 1991 a inflação passa para um patamar mensal de 20%.

Incansável, continua a se elevar a taxa de inflação, e em janeiro de 1993 chega a atingir 30%⁵, e reforçado pela carta conjuntura de nº 41, de junho de 1993 a inflação persistia elevada e oscilava entre 25% e 30% ao mês.

Em 1993 o Plano Real começava a ser formulado. Com a implementação da Unidade Real de Valor (URV), como um indexador único cujo valor estaria vinculado a taxa de câmbio, a crença era de que a nova moeda possibilitaria a desaceleração da inflação, contudo no boletim de nº 25, de abril de 1994, observa que a adoção da URV como indexador universal vinha ocorrendo de forma relativamente lenta.

No entanto em novembro de 1994, (BASTOS 2015, p.112) afirma que a inflação havia sido de cerca de 3% ao mês, um sucesso enorme em comparação com os 45% mensais dos meses anterior ao real.

Essa deflação é atribuída a mudança da unidade monetária e da desindexação parcial, mais ampla da economia, possibilitada pela simultaneidade de preços relativos obtidos na fase da URV, que reduziu a inércia inflacionária. A partir de 1995 iniciava-se um processo deflacionário até o final da década de 1990.

⁴ Paulo Mansur Levy, 2015.

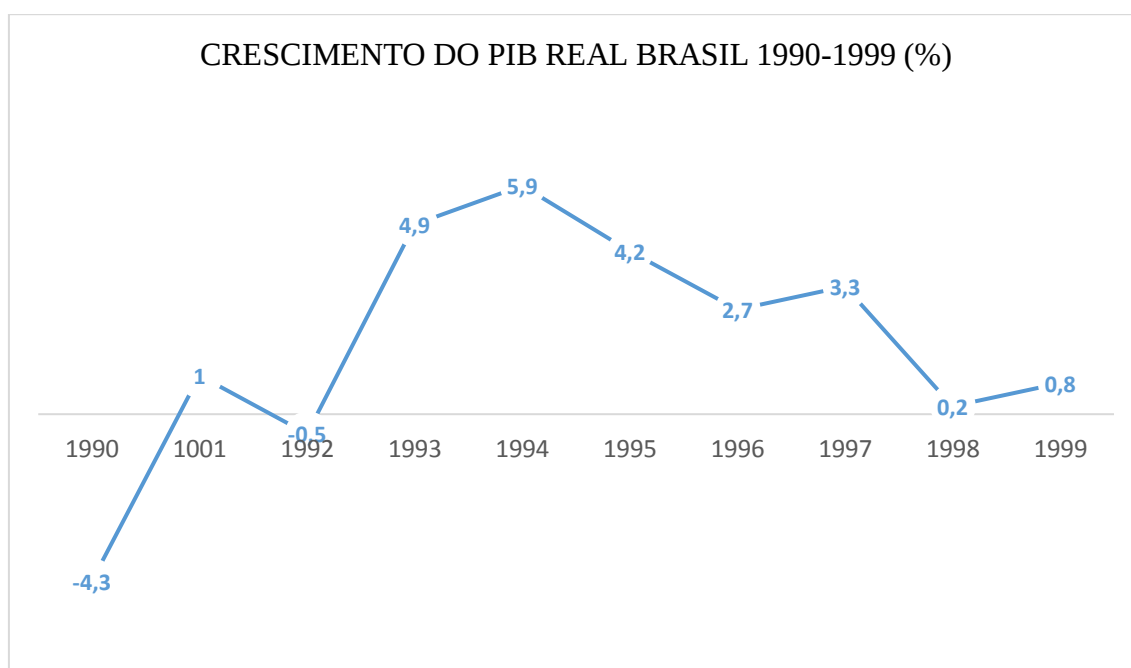
⁵ Carta conjuntura de dezembro de 1992. (IPEA).

A deflação inflacionária continuava sendo bem-vinda para a economia. Um aspecto importante do comportamento dos preços em 1997 havia sido a manutenção do processo de convergência entre preços de bens comerciáveis e não comerciáveis.

No início de 1998, o cenário econômico ficou caracterizado pela necessidade de enfrentar um ambiente externo mais volátil através da elevação da taxa de juros, como consequência disso elevou-se à queda da produção, a diminuição do emprego, à redução das vendas e ao aumento da inadimplência

Para 1999, acreditava-se que o ajuste fiscal e a não intervenção do Banco Central na taxa de câmbio, permitindo a taxa de câmbio torna-se flutuante, produzindo uma rápida desvalorização cambial, e consequentemente a recuperação dos níveis de atividade. Mas de acordo com Ribeiro (2015), só em junho deste ano que a economia consegue dá os primeiros sinais de recuperação da atividade.

Gráfico 3



Fonte: Autoria Própria (IBGE/DIEESE).

O comportamento do (Produto Interno Bruto) PIB, durante esse período desempenha um comportamento semelhante ao da inflação, começa a se recuperar a partir de 1994, embora em 1993, apesar da inflação está no patamar mais alto da década

o PIB cresce a uma taxa de 4,9%. Como mostra o gráfico 3, no primeiro ano da década o PIB decresce a uma taxa negativa de -4,3%. No ano seguinte chega a crescer 1%. Nos anos seguintes cresce e decresce, chegando ao final da década com uma taxa de crescimento irrisória de apenas 0,8%.

Acredita-se que o contexto econômico e político tenha contribuído para esse tipo de trajetória tanto do PIB quanto da inflação. Pois o quadro político em 1990 funcionava como um elemento complicador, uma vez que estava sendo confeccionada uma nova constituição, a volta das eleições direta, após trintas anos, em um cenário de elevada fragmentação partidária.

Em meados da década de 1990 a atividade econômica começa a se recuperar refletindo positivamente no mercado de trabalho. Mais precisamente em 1996 a poupança pública apresenta melhoria em relação ao ano anterior, de aproximadamente 0,4% do PIB, apesar de a poupança privada apresentar uma queda de 1% ⁶do PIB. Vale lembrar que apesar de alguns dados positivos a economia brasileira ainda não estava em uma situação confortável.

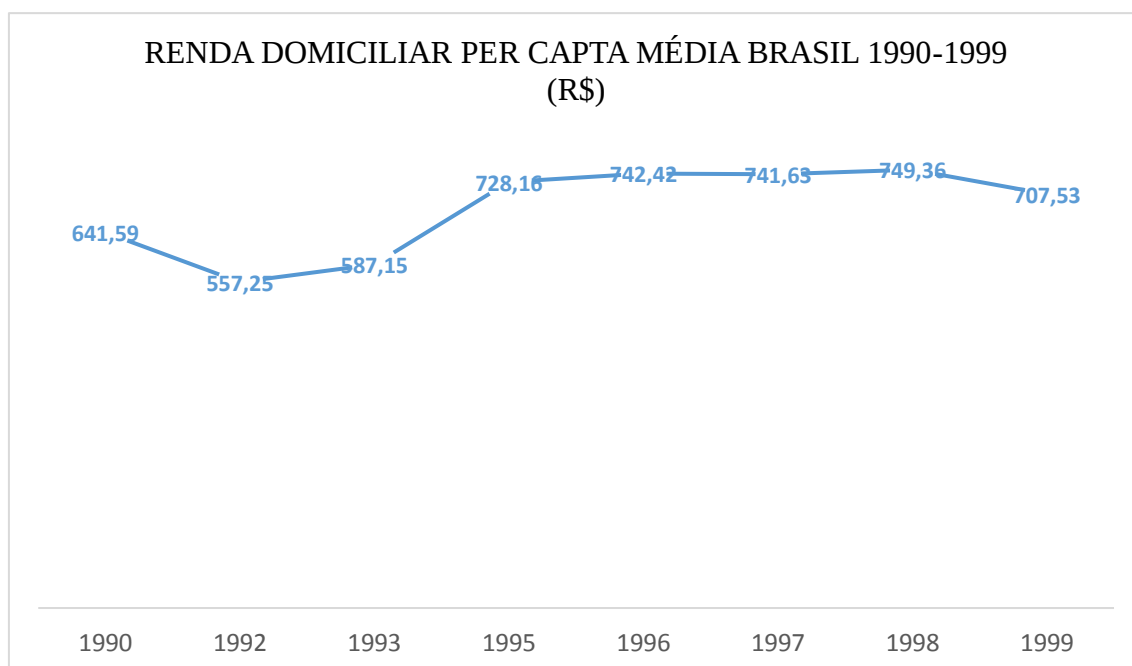
Então o Brasil encontrava-se em situação de certa estabilidade, entretanto esse estado “elencava” um cenário de deterioração de certas contas importantes para continuação estável da economia. O resultado primário do setor público consolidado havia passado de um *superávit* de 5,2% do PIB em 1994 para um *déficit* de 0,9% do PIB em 1997, e saldo das transações corrente saiu de um *superávit* de 0,3%⁷ do PIB para um *déficit* 3,5% do PIB. Então esses problemas eram vistos com resultado do êxito do próprio processo de estabilização.

Por fim, 1999 apresenta melhores resultados com *superávit* de 2,9% do PIB, o PIB conseguiu registrar variação positiva de 0,3%, a inflação ficou dentro dos limites estabelecidos, e as exportações líquidas de bens e serviços voltaram a dar contribuição positiva para o crescimento econômico após muitos anos (RIBEIRO, 2015).

⁶ Bastos (2015).

⁷ Ribeiro (2015).

Gráfico 4



Fonte: autoria própria (IPEA, PENAD/IBGE).

Como podemos observa no gráfico 4, a renda média per capta no Brasil neste período ficou entre R\$ 557,25 em 1992 e R\$ 749,36 em 1998, e termina a década com um valor ainda menor R\$ 707,53.

Todas essas variáveis postas em discussão, inflação, PIB e renda média, são dados que acabam impactando direto e indiretamente no mercado de trabalho. O debate sobre a deterioração do nível de emprego no Brasil firma-se ainda na questão da elevação da incerteza, da instabilidade econômica e das taxas de juros, com consequências negativas em termos de investimento produtivo privado e público impactando diretamente no emprego e na renda das famílias.

A década de 1980, atuou como protagonista para a sensação de incerteza econômica e política apreciada no ano de 1990. DIEESE (2011), diserta sobre esse período afirmado que nos anos 80 o Brasil estava “imerso” em estatísticas negativas, em que se combinaram estagnação, inflação fora de controle, desemprego elevado, problemas nas contas públicas. E que politicamente, havia ocorrido o processo de

democratização, o fortalecimento da ação sindical e a promulgação da (Constituição Federal) CF-1988.

Entretanto a partir de 1990 inicia-se um processo de mudanças institucionais, com relevante impacto na estrutura produtiva doméstica e no mercado de trabalho. Entre elas pode-se citar a: a abertura comercial e financeira e o plano de estabilização, firmado numa taxa de câmbio apreciada e em juros mais elevados, que colocarão sobre forte pressão concorrencial as empresas nacionais, que responderam via reestruturação produtiva.

Essa reestruturação foi constituída no mínimo, de forma inadequada, como salientaram (Baltar e Proni 1995, apud DIEESE, 2011), o “regime” de trabalho assalariado desenvolvido no Brasil era baseado em instabilidade no emprego, baixo salário de entrada, salário distribuídos de forma desigual, e assimetria e discreta atuação sindical no “chão da fábrica”.

Como já foi observado a década de 1990, ficou conhecida por ter sido realizadas mudanças significativas, tanto na economia quanto na política, a saber: pode-se citar entre outras a abertura comercial com exterior, a troca de moeda para o REAL, o processo do impedimento do governo federal, entre outros acontecimentos.

Sendo assim, após a explanação destas variáveis como, inflação PIB e Renda per capita, que são relevantes no processo de dinamização da economia como um todo, o próximo capítulo pretende observa como o emprego se comporta diante dos fatos econômicos e políticos que ocorreram na década de 1990. Que tipo de emprego foi mais atingido, qual setor de atividade cresceu, ou decresceu? E ainda como se comportou a taxa de desemprego neste período.

4. IMPACTOS ECONÔMICOS NO EMPREGO

As mudanças que ocorrerem em um determinado país de ordem econômica ou política, interna ou externa podem impactar direto ou indiretamente no mercado de trabalho nacional, uma vez essas mudanças podem trazer consequências diversas para as empresas doméstica.

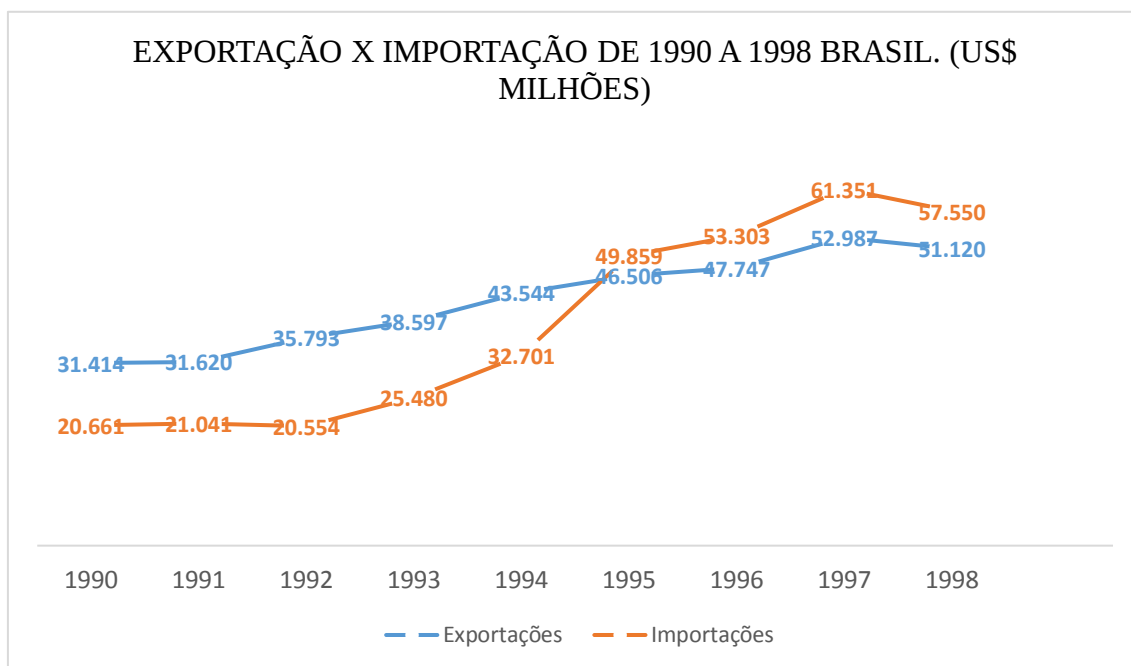
4.1 MUDANÇAS RELACIONADAS COM O EXTERIOR NA DÉCADA 1990

Quando é posto em discussão o processo de abertura adotado pelo Brasil, Averbug (1999), argumenta que é ditado pela realidade econômica e política de cada momento. Dado que o país assumiu posições ora de protecionismo ora liberal, de maneira a administrar questões internas como déficit na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomática, entre outras.

Com a abertura comercial é possível uma maior dinâmica na balança comercial, perdida desde o Processo de Substituição das Importação (PSI).

Até a primeira metade da década de 1990 a balança comercial obtém saldo positivo, ou seja, se mantém superavitária, a partir 1995 ela passa a apresentar déficit. Como podemos observar no gráfico 5

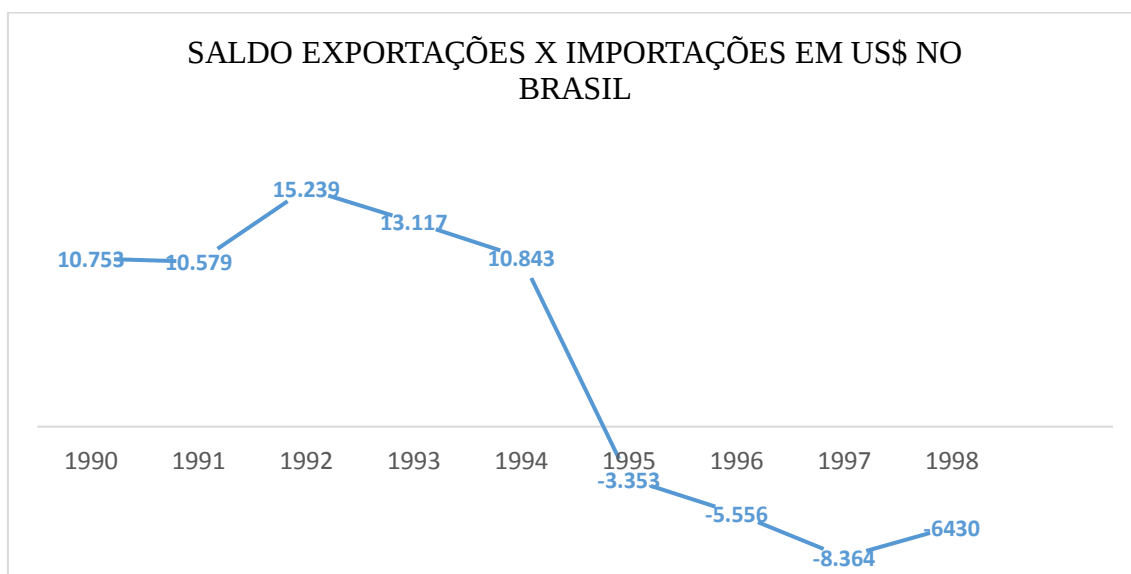
Gráfico 5



Fonte: Autoria Própria (Banco Central, apud Averbug, 1999).

De acordo com o gráfico 5, em 1992 foi o ano em que o saldo comercial atingiu o valor máximo totalizando US\$ 15.239 milhões. No ano seguinte o saldo é menor diminui para US\$ 13.117 milhões. Entre 1995 e 1998, o saldo da balança passa a ser negativo, o maior déficit foi em 1997 US\$ 8.364 milhões.

Gráfico 6



Fonte: Autoria Própria (Banco Central, apud Averbug, 1999).

Como podemos observar no gráfico 6, a inversão no saldo da balança comercial é consequência dos primeiros passos de estabilização da economia, após o lançamento do Plano Real em junho de 1994, em grande parte também se deve a abertura comercial, além do processo de integração do Mercosul⁸, a intensificação das privatizações, o ressurgimento do investimento e a própria crise asiática.

Além da questão da abertura comercial, que contribuiu para essa mudança no saldo da balança na segunda metade da década de 90, houve a questão da valorização cambial que se tornou favorável para as importações. De acordo com o DIEESE (2006), como a valorização cambial deixa as importações mais baratas e as exportações mais caras. Os preços dos produtos nacionais ficam mais caros para o mercado externo, tornando-se menos competitivos em relação aos outros mercados. Consequentemente, a valorização cambial torna o mercado nacional menos competitivo em relação as exportações.

Esse desequilíbrio da balança comercial reflete diretamente no nível de desemprego no Brasil, uma vez que, como o Brasil está exportando menos as empresas

⁸ Averbug, 1999.

nacionais devem desacelerar o processo de produção, obrigando as empresas enxugarem o quadro de funcionários.

4.2 MUDANÇAS INTERNAS

Nos anos 1990 as condições de trabalho estavam deterioradas, diante das circunstâncias ocorridas na economia brasileira, as bases sindicais foram reduzidas, com isso, os trabalhadores passaram a se defrontar com desafios em sua organização e também em sua atuação.

Diante de tais acontecimentos (Cardoso, 1999, et al Dombois, 1998, apud Campos, 2014) enumera os feitos causados por eles. O desemprego fez com que diversos grupos de trabalhadores deixassem as bases dos sindicatos; a redução dos salários também afastou vários grupos das bases sindicais; o deslocamento de empreendimentos pelo território, também fez com que vários trabalhadores deixassem de pertencer às bases sindicais; entre outros.

Outros acontecimentos também contribuíram para precarização do mercado de trabalho no Brasil nos anos 1990. Os novos postos de trabalho não assalariado foram impostos como consequência da adesão de medidas econômicas que incentivavam as importações, reduzindo os postos de trabalho advindos das indústrias domésticas.

A intensidade das importações nos anos de 1990 e suas consequências é avaliada por (Pochmann 2002, apud oliveira, 2009). Quando afirma que entre 1992 e 1999 devido a mudança de regime cambial e desaceleração do PIB, a produção nacional da indústria foi sendo, em parte substituída por produtos importados.

Em síntese, uma vez que as mudanças ocorridas na economia brasileira se instalaram de forma conjuntural e estrutural, a década de 1990 presenciou um processo de informalidade no mercado de trabalho. Tendo implicações para ambos trabalhadores e sindicatos, entre as quais destacaram, a contração e a rarefação das bases dos sindicatos de trabalhadores.

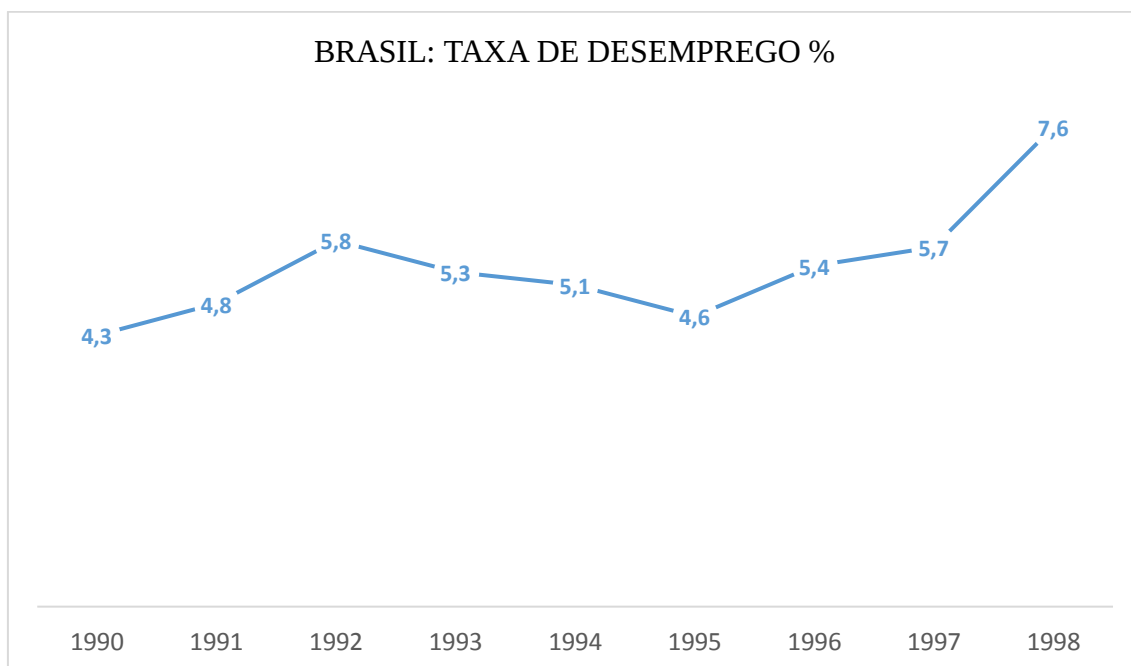
Vale lembrar que essas dinâmicas na economia levam ao desemprego, mas também, há uma transição desses desempregados para o trabalho por conta própria.

É inegável que o trabalho por conta própria, esconde certas precarizações como altas jornadas de trabalho, uma vez que o trabalhador não tem um salário fixo, se caracterizando aí como um empreendedor almejando sempre uma margem maior de lucro. Marx já considera consequência para a vida de trabalhadores que ingressavam nesse tipo de trabalho, observado que.

[...] a elevação dos salários leva ao excedente do trabalho entre os trabalhadores. Quanto mais deseja ganha mais tem que abrir mão do tempo e realizar um trabalho escravo, em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada e a serviço da mesquinhez. Assim abreviam as suas vidas (Marx, 2006 p.67, apud, Oliveira, 2009 p. 58).

Todos esses acontecimentos refletem também no chamado trabalho formal e no desemprego, o segundo será demonstrada no gráfico a seguir, uma vez que os fatos impactam diretamente no nível de desemprego.

Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria (Pinheiro, IBGE, Banco Central e Ipea).

Nos anos de 1990 como já foi visto neste trabalho, foram anos de grandes e novas mudanças, houve acentuada queda no nível de emprego formal. Portanto trabalhadores migraram para a atividade informal em diversas faces, entre elas a atividade por conta

própria. No entanto a taxa de pessoas que se encontrava em situação de desemprego se mantinha em alta.

O gráfico 7, mostra a taxa de desemprego de 1990 a 1998. A taxas se elevavam a cada ano, com leve freada em 1993 e 1995 em relação ao ano anterior. Com tendência de elevação a cada ano seguinte. Com a menor taxa em 1990 de 4,3%, e maior em 1998 medindo 7,6% da foça de trabalho brasileira na condição de desemprego.

Analizando os setores que mais contribuíram para essas taxas desemprego na segunda metade da década de 1990 o DIEESE analisa o saldo entre os admitidos e desligados a partir de 1996, com isso é possível mostra qual setor teve maior e qual setor teve menor contribuição na construção dessa variável.

Tabela 3 Saldo entre admitidos e desligados de 1996 a 1999.

Ocupação	1996	1997	1998	1999
Extração mineral	-4.765	-1.081	-3.304	-1.727
Indústria de transformação	-147.665	-133.148	-300.668	5.874
Serviços Industriais de utilidade pública	-14.571	-21.750	-24.366	-20.086
Construção civil	-12.963	13.495	-64.201	-115.106
Comércio	-9.362	65.570	-57.894	-2.327
Serviços	-41.767	61.136	-76.715	-22.780
Administração pública	-5.403	-7.714	-1.494	9.699
Agropecuária extrativista, caça e pesca	-32.578	-3.760	-51.990	-119.796
Outros	-1.972	-8.483	-1.112	3.518
Total	-271.226	-35.735	-581.744	-262.731

Fonte: elaboração própria. (DIEESE). Dados referente aos trabalhadores com vínculo empregatício, com base na CLT.

A tabela 3, mostra o quanto cada setor contribuiu efetivamente na taxa de desemprego de 1996 a 1999. Nos três primeiros anos da tabela fica visível o setor de indústria de transformação contribui de forma expressiva para aumenta o nível de desemprego. Ano de maior expressividade foi 1998 com um saldo de mais de 300 mil pessoas demitidas. O mesmo setor recupera a atividade em 1999, com um saldo positivo de mais de 5 mil pessoas.

Em 1999 ambos os setores dão sinal de recuperação diminuindo o saldo de demissões, apesar do setor da Construção Civil e o de Agropecuária extrativista vegetal, caça e pesca aumentarem em relação aos anos anteriores.

Os setores que menos contribuíram para aumentar o nível de desemprego foram o de Extrativista Mineral o classificado como Outros. No total, o ano em que o saldo de demissões mais se elevou foi em 1998 com 581.744 pessoas desempregadas nestes setores, inclusive teve um saldo maior do que a soma dos outros três anos 1996, 1997 e 1999, que juntos quantificam 569.692 pessoas.

5. CONCLUSÃO

A década de 1990 foi cenário de várias transformações tanto na economia como na política. Vale ressaltar que a maioria dessas mudanças ocorridas neste período eram de insegurança e instabilidade. E o mercado de trabalho não ficou alheio a essas transformações e foi se desgastando cada vez mais durante essa década.

Diante de tal instabilidade que veio a refletir diretamente no mercado de trabalho, quando se analisa a distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação, no Brasil de 1992 a 1999, percebe-se que o segmento de trabalho que absorve os desempregados é o trabalho por conta própria.

Com a abertura comercial nos anos 90, as indústrias nacionais perderam força, com o mercado mais competitivo, isso afetou diretamente sua capacidade de contratar mão de obra, e a taxa de desemprego chega a 7,6% em 1998

Quando é analisado o saldo entre admitidos e desligados o setor *indústria de transformação* é o que contribui de forma mais acentuada para elevar o nível de desemprego, e em 1998 bate recorde em relação aos outros setores e contribui com um saldo 300. 668 pessoas a mais desempregadas. Mais vale destacar sua recuperação em 1999 com um saldo positivo de empregados de 5.874 pessoas.

Devido as dificuldades de mais trabalhadores entrarem no mercado de trabalho formal, os sindicatos também entraram em crise, e conseqüentemente, o seu poder de barganha ia diminuindo devido à crise dos empregos e deterioração das condições de trabalho.

Outras variáveis foram analisadas, além do mercado de trabalho, a inflação, o PIB, a renda domiciliar per capita, o nível de importações e exportações.

A inflação no começo dos anos de 1990 parecia invencível registrando taxas inimagináveis chegando no ponto máximo em 1993 com 2.484,11%. Mas finalmente podendo ser controlada do meio para o fim da década.

O PIB real diante de taxa de inflação tão elevadas mal podia “respirar” e começava a década com taxas de crescimento negativa, se recuperando no fim da primeira metade da década e na segunda metade começando a declinar novamente, não chega a ser negativa mais chega em 1999 a uma taxa de crescimento de apenas 0,8%.

Em relação e renda per capita observa-se que no período em destaque não houve grandes mudanças, mais 1999 terminou com uma renda inferior aos últimos quatros anos anteriores.

Devido a abertura comercial que facilitou o processo de importação e exportação, percebe-se que no decorrer da década, tanto o nível de importação quanto o de exportação foram se elevando. Sendo que as importações aumentam mais que as exportações.

Diante da pesquisa literária e de dados que foi feita para desenvolver este trabalho, pode-se concluir que, a ocupação por conta própria na década de 1990 foi consequência da perda de barganha dos trabalhadores ocasionada pela perda do emprego formal. Sendo assim, o trabalhador diminui suas opções, levando-o a criar seus próprios meios de trabalho, ou seja, passando a trabalhar por conta própria.

Por fim, vale destacar a atualidade de muitas discussões desse período para a compreensão do momento atual da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

_____. Pesquisa Dieese. **Encargos Sociais no Brasil. Conceito, Magnitude e Reflexos no Emprego.** Nº / agosto de 1997.

Averbug, André. **A Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90.** Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1ª edição. 1999. Bastos, Estevão Kopschitz Xavier. **Plano Real, Consolidação da Estabilidade, Crise Internacional e Desequilíbrios (1994-1998).** Brasília: IPEA, 2015.

CAMARGO, Marcos Antônio de. **Reflexões sobre o Cenário Econômico Brasileiro na Década de 90.** XXII Encontro Nacional de Engenharia da Produção. Curitiba – PR, 23 a 25 de outubro de 2002.

Campos, André Gambier. Sindicatos no Brasil Hoje: **Dilemas Apresentados Pela Sindicalização. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise.** IPEA, MTE (Ministério do Trabalho e Emprego. Fevereiro, 2014.

DALFOVO, Michel Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos Quantitativos e Qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, sem II. 2008.

_____. **DIEESE, Rotatividade e Flexibilidade no Mercado de Trabalho-** São Paulo: DIEESE, 2011. 128 p.

_____. **DIEESE, Nota Técnica. O Câmbio e Suas Influências na Econômica.** Número 24 de Maio de 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel. E SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de Pesquisa/ Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FILHO, Eduardo Maldonado. E FILHO, Fernando Ferrari. MILAN, Marcelo. Texto para discussão PPGE/UFRGS. **Por que a Economia Brasileira não Cresce Dinâmica e Sustentavelmente? Uma Análise Kaleckiana e Keynesiana.** Porto Alegre/RS/Brasil. Nº 2015/13.

GIL, Antonio Carlos, 1946- **Como Elaborar Projeto de Pesquisa/** Antonio Carlos Gil. – 4. Ed. – São Paulo: Atlas 2002.

Levy, Paulo Mansur. **Inflação Crônica, Estagnação e Instabilidade: o Difícil Caminho Até a Estabilidade (1987-1994).** Brasília: IPEA, 2015.

MORESI, Eduardo. Universidade Católica de Brasília – UCB. Pró-reitora de Pós-graduação – PRPG. **Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação.** Brasília – DF Mar 2003.

OLIVEIRA, Joilma de Deus Oliveira. Trabalhadores Por Conta Própria: o Trabalho dos Vendedores Ambulantes da Passarela do Natal Shopping e do Via Direta. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Sociais Aplicada Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal/RN, 2009.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Universidade Federal de Goiás. Campus Catalão. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração.** Catalão – GO, 2011.

Ribeiro, J. Fernando. Ajuste Interno e Externo e a Consolidação de um Novo Regime de Política (1999-2003). Brasília: IPEA, 2015.

Troyano, Annez Andraus. Pesquisa de Emprego e Desemprego Metodologia, Conceito e Aferições dos Resultados. São Paulo em Perspectiva, 6(4): 124-134, outubro/dezembro 1992.

Ulyssea, Gabriel. Texto para discussão nº 1070. **Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Resenha da Literatura.** Rio de Janeiro, fevereiro de 2005